

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



PORTUGAL

VOLUME 28, 2007

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Quando se lançam os olhos para uma carta da Europa e se vê esta estreita faixa de terra lançada no ocidente da Península e se considera que aí habita uma nação independente há sete séculos, necessariamente ocorre a curiosidade de indagar o segredo dessa existência improvável.

Alexandre Herculano

Desde as que sacralizam e essencializam a origem e o sentido de Portugal, até às que, mais racionais e críticas, procuram justificações históricas para um problema histórico, múltiplas têm sido as respostas dadas ao desafio de Herculano. E como, pôr o problema da "origem" suscita, inevitavelmente, interrogações acerca do "meio" e do "fim" de um itinerário, é compreensível que, em vários momentos, a discussão tenha saído do campo estrito da historiografia para domínios mais especulativos, míticos e escatológicos, facetas que não podem ser negligenciadas.

Como é natural, não é intenção deste número da *Revista da História das Ideias* encontrar a chave que, definitivamente, entre no "segredo dessa existência improvável", mas, tão-só, prosseguir um sempre inconcluso inquérito a que as consequências contraditórias da hodierna mundialização têm conferido uma renovada actualidade. E se o chamado "repensamento de Portugal" surge ciclicamente, tantas vezes toldado pela superficialidade imposta pelas regras do espectáculo comunicacional dos dias de hoje, é também verdade que os historiadores pouco têm sido chamados a dizer de sua justiça, ou, então, talvez tenham faltado à chamada; o que não deixa de ser sintoma, por um lado, das expectativas dominantes, e, por outro lado, das amnésias que estas necessariamente

provocam. E, commumente, esquece-se que o prognostico sobre o que Portugal será se projecta na maneira como se entendeu (e entende) aquilo que ele foi. Nesta matéria, os olhares dos historiadores são imprescindíveis, pois podem trazer uma leitura outra que não a dos historicismos político-ideológicos, os quais, amiúde, procuram apropriar-se da historiografia para legitimarem actuações que nada têm a ver com ela. Por isso, relevar-se, igualmente, a historicidade das interpretações ajuda a relativizá-las e a melhor explicar/compreender as tecituras que, entre a euforia épica e o pessimismo necrófilo, e entre o comemoracionismo e o olvido, têm multiplicado as representações de um país mais imaginado do que estudado.

Por outro lado, reconhece-se que muitas delas (ou quase todas elas) impulsionaram (e impulsionam) a construção da realidade que querem representar, característica que as necessidades de inoculação de memória(s) histórica(s) transformam numa espécie de metamemória(s), estruturada(s) por mitemas que têm mostrado uma capacidade de sobrevivência que ultrapassa as conjunturas de onde promanam.

Ponderou-se, ainda, a importância que ganhou a caracterização de Portugal como um antropomórfico "sujeito colectivo", obreiro de uma história que explicitaria um desígnio, de acordo com uma narrativa pautada pela escolha de acumes capazes de sinalizarem tanto os períodos de ascensão como os de decadência e, por conseguinte, de ritmarem as sequências da sua "morte" e da sua "restauração" ou "regeneração". E não deixa de ser significativo que, quando este tipo de retrato ganhou maior nitidez (a partir dos inícios do século XIX), os Descobrimientos, e os seus efeitos (positivos ou negativos) - na esteira, aliás, de tendências minoritárias, mas já visíveis a partir da segunda metade de Quinhentos -, tenham sido elevados a ponto nodal da aventura dos portugueses no mundo e a expressão suprema da sua essência e vocação.

Dir-se-á que este trabalho deriva de uma vital necessidade identitária. Porém, seja por desmesurada auto-estima, ou por um excesso de ensimesmamento, a carga mítica que o recobre produz o recalçamento do lado sombrio da História. Modo de dizer que, neste jogo entre aquilo que se foi e aquilo que se julga ser, a identidade também assenta sobre muitos esquecimentos. Para os lembrar (pelo menos alguns deles), ter-se-á de dar acolhimento à razão crítica e voz à opinião dos *outros*, em particular daqueles com quem mais estreitamente os portugueses têm lidado ao longo dos séculos.

A materialização deste objectivo poliédrico, no volume que agora se apresenta, tem forçosamente lacunas, embora se tenha feito um esforço para fornecer amostras que sejam significativas do que acabou de ser sintetizado. E se a sua organização interna segue um ordenamento cronológico, isso se deve a razões pragmáticas e nada tem a ver com qualquer propósito de se insinuar a efectuação diacrónica de um destino. Cada artigo, da responsabilidade exclusiva do seu autor, vale por si e pode ser lido isoladamente. Mas também não se quer escamotear a existência de "buracos negros" que deviam estar preenchidos. Tal não foi possível, em parte por causa de promessas de colaboração que acabaram por não ser concretizadas, bem como por motivos mais prosaicos: a falta de tempo e de espaço.

Seja como for, estamos convencidos de que a narrativa, plural e fragmentada, que decorrerá da leitura continuada das páginas que se seguem é mais adequada ao exercício universitário da liberdade de investigar, do que aquela outra, de pendor teleológico, que anima o uso e o abuso público da memória histórica.

Os Coordenadores

Fernando Catroga
José Pedro Paiva